

QUILOMBO IVAPORUNDUVA: HISTÓRIA, ORGANIZAÇÃO E DESAFIOS

Helber Henrique Guedes

Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, Brasil

E-mail: helber.guedes@unesp.br

Vanda Moreira Machado Lima

Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, Brasil

E-mail: vanda.mm.lima@unesp.br

RESUMO

O presente artigo investiga a história, organização e desafios da comunidade Quilombola de Ivaporunduva. A pesquisa se insere na abordagem qualitativa, tendo como instrumentos metodológicos a entrevista de história oral temática, a pesquisa documental e a observação participante. A entrevista foi realizada em setembro de 2024 no quilombo com dois líderes locais da comunidade. A pesquisa documental incluiu a análise de documentos históricos, legislação sobre direitos quilombolas, estudos prévios sobre a comunidade e relatórios de organizações não governamentais que atuam no Vale do Ribeira. A observação participante ocorreu durante dois dias junto à comunidade Quilombola de Ivaporunduva no Vale do Ribeira, São Paulo, na qual o estudo se desenvolveu. Constatamos a importância da agricultura orgânica e do turismo de base comunitária como fontes de renda, além de destacar a atuação política da comunidade. A luta pela terra, somada à resistência cultural, permanece central na trajetória da Comunidade Quilombola pesquisada.

Palavras-Chave: Quilombos; Ivaporunduva; Agricultura orgânica; Direitos quilombolas.

QUILOMBO IVAPORUNDUVA: HISTORY, ORGANIZATION, AND CHALLENGES

ABSTRACT

This article investigates the history, organization, and challenges of the Quilombola community of Ivaporunduva. The research adopts a qualitative approach, employing thematic oral history interviews, document analysis, and participant observation as methodological tools. The interviews were conducted in September 2024 with two local leaders of the community. Document analysis included reviewing historical documents, legislation on Quilombola rights, prior studies on the community, and reports from non-governmental organizations operating in the Vale do Ribeira. Participant observation took place over two days within the Quilombola community of Ivaporunduva in the Vale do Ribeira, São Paulo, where the study was developed. We found the importance of organic agriculture and community-based tourism as sources of income, alongside the community's political engagement. The struggle for land, combined with cultural resistance, remains central to the trajectory of the researched Quilombola community.

Keywords: Quilombos; Ivaporunduva; Organic agriculture; Quilombola rights.

QUILOMBO IVAPORUNDUVA: HISTORIA, ORGANIZACIÓN Y DESAFÍOS

RESUMEN

Este artículo investiga la historia, organización y desafíos de la comunidad Quilombola de Ivaporunduva. La investigación se enmarca en un enfoque cualitativo, utilizando entrevistas de historia oral temática, análisis de documentos y observación participante como herramientas metodológicas. Las entrevistas se realizaron en septiembre de 2024 con dos líderes locales de la comunidad. El análisis de documentos incluyó la revisión de documentos históricos, legislación sobre derechos quilombolas, estudios previos sobre la comunidad y reportes de organizaciones no gubernamentales que operan en el Vale do Ribeira. La observación participante se llevó a cabo durante dos días en la comunidad Quilombola de Ivaporunduva en el Vale do Ribeira, São Paulo, donde se desarrolló el estudio. Encontramos la importancia de la agricultura orgánica y el turismo comunitario como fuentes de ingresos, además de destacar la participación política de la comunidad. La lucha por la tierra, junto con la resistencia cultural, sigue siendo central en la trayectoria de la comunidad Quilombola investigada.

Palabras Clave: Quilombos; Ivaporunduva; Agricultura orgánica; Derechos quilombolas.

INTRODUÇÃO

Este artigo se origina da vivência da disciplina de Trabalho de Campo, voltada à Dinâmica Territorial, realizada pela Faculdade de Ciências e Tecnologia/Unesp (FCT/Unesp) em setembro de 2024 que possibilitou examinar as dinâmicas sociais, culturais e econômicas da comunidade Quilombola de Ivaporunduva, situada no Vale do Ribeira, São Paulo. A pesquisa sobre essa comunidade proporciona uma visão abrangente da organização interna dessas populações, que não apenas simbolizam a resistência histórica das pessoas escravizadas, mas também ilustram a constante luta por direitos territoriais, pela preservação cultural e por uma sustentabilidade econômica. O Quilombo de Ivaporunduva, sendo uma das comunidades quilombolas mais antigas da região, destaca-se como um emblema vivo dessa resistência e um exemplo de perseverança na busca por autonomia e reconhecimento.

A pesquisa foi conduzida com base em princípios éticos, e todos os participantes das entrevistas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), autorizando a utilização de seus relatos para fins acadêmicos e científicos. Além disso, obteve-se a devida autorização para o uso de imagens registradas durante o trabalho de campo, garantindo a transparência e o respeito aos direitos da comunidade.

Ressaltamos a importância de evidenciar as comunidades quilombolas, que historicamente foram marginalizadas e cujas vozes, muitas vezes, não têm espaço no debate público e acadêmico. Ao examinar a organização interna da comunidade, suas práticas de sustentabilidade e os desafios que enfrentam diante das pressões do sistema capitalista, a pesquisa contribui para o entendimento das estratégias de resistência e sobrevivência dessas populações.

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Volume Especial "Ocupação Preta: a história de um é a narrativa de todos", pg. 146-168, mar/2025. ISSN: 2176-5774

O presente artigo tem como objetivo geral investigar a história, organização e desafios da comunidade Quilombola de Ivaporunduva. Os objetivos específicos são: (i) compreender a formação histórica do Quilombo de Ivaporunduva; (ii) analisar sua organização social e econômica atual, com foco nas práticas de agricultura orgânica e turismo de base comunitária; e (iii) identificar os principais desafios enfrentados pela comunidade em relação à preservação de seu território e cultura.

O artigo está estruturado em cinco seções. A primeira seção aborda a metodologia da pesquisa, detalhando o percurso metodológico desenvolvido e a análise dos dados. A segunda seção explora a identidade e as práticas culturais dos quilombolas, refletindo sobre sua resiliência e adaptações. Em seguida, a terceira seção apresenta o contexto histórico do Quilombo de Ivaporunduva, contextualizando sua formação e evolução ao longo do tempo. A quarta seção analisa a resistência cultural e a luta por direitos da comunidade, destacando a importância da mobilização política e das práticas sustentáveis. A quinta seção discute os desafios contemporâneos enfrentados pela comunidade, especialmente em relação às pressões econômicas e políticas. Por fim, as considerações finais ressaltam a relevância dos resultados da pesquisa, enfatizando a continuidade da luta quilombola e a valorização dos saberes tradicionais.

METODOLOGIA

Este estudo se insere na abordagem qualitativa, tendo como instrumentos metodológicos a entrevista de história oral temática, a pesquisa documental e observação participante.

A abordagem qualitativa permite uma compreensão mais profunda das experiências vividas pelos membros da comunidade, bem como de seus processos de resistência e adaptação frente aos desafios contemporâneos.

A pesquisa qualitativa documental é uma das abordagens utilizadas para explorar fenômenos sociais e culturais por meio da análise de materiais escritos e visuais. Segundo Godoy (1995), a pesquisa documental oferece uma possibilidade inovadora dentro da abordagem qualitativa, permitindo ao pesquisador trabalhar com fontes já existentes, como jornais, cartas, relatórios e estatísticas. Esses documentos, por não serem produzidos com fins de pesquisa, podem trazer viés, mas também permitem o estudo de contextos históricos e sociais sem o contato direto com as pessoas envolvidas. O principal benefício da pesquisa documental é o acesso a informações de indivíduos ou eventos que não estão mais

disponíveis fisicamente, e sua natureza não-reativa garante que os dados contidos nos documentos permaneçam inalterados com o tempo. Por outro lado, algumas dificuldades incluem a representatividade dos documentos e a interpretação de suas informações.

A entrevista foi realizada em setembro de 2024 com dois líderes locais e membros da Comunidade Quilombola de Ivaporunduva, no Vale do Ribeira, Estado de São Paulo. A entrevista de história oral temática é uma técnica utilizada para coletar relatos e memórias sobre eventos específicos, focalizando temas predeterminados. De acordo com Meihy e Ribeiro (2011, p. 17) “a história oral temática se estrutura a partir de eixos centrais previamente estabelecidos, onde o entrevistado é convidado a narrar suas experiências relacionadas a esses temas”. Essa técnica permite uma investigação direcionada, preservando as perspectivas pessoais dos participantes, mas mantendo o foco nos assuntos de interesse da pesquisa, como a resistência e adaptação de uma comunidade frente a determinados desafios.

A seleção dos sujeitos para a pesquisa considerou sua relevância e participação ativa nas atividades políticas e econômicas da comunidade. Foram escolhidos dois entrevistados: Elson Alves da Silva (Figura 01), historiador e coordenador da comunidade, que possui uma vasta experiência no trabalho com questões culturais e sociais que envolvem a população quilombola. Seu papel social é fundamental, atuando como um elo entre os moradores e as políticas públicas, promovendo a preservação da cultura local e a inclusão social. Com formação em História, Elson é capacitado a narrar e preservar as tradições da comunidade. A entrevista foi realizada em sua residência, onde ele também coordena atividades comunitárias.

Figura 01 – Momento da Entrevista com Elson



Foto: Daniele Henares, 2024.

O segundo entrevistado, Laudessandro Marinho da Silva (Figura 02), é coordenador geral do grupo de agricultura orgânica e um agricultor ativo que lidera iniciativas sustentáveis. Ele implementa práticas agrícolas que respeitam o meio ambiente e promovem a autossuficiência econômica dos moradores. Com formação em Agroecologia, Laudessandro tem experiência em projetos de desenvolvimento rural e trabalha para fortalecer a segurança alimentar na região. Sua entrevista ocorreu em um dos campos de cultivo comunitário, onde demonstra as práticas agrícolas adotadas.

Figura 02 – Momento da entrevista com o Laudessandro



Foto: Giovanna Angeli, 2024.

Os dois entrevistados oferecem uma perspectiva abrangente sobre a vida e os desafios enfrentados pela comunidade quilombola.

A pesquisa documental se fundamentou na análise de documentos escritos, utilizando a definição de que ser "um método que utiliza documentos como fontes primárias de informação, permitindo a análise e interpretação de dados já existentes, contribuindo para a construção de conhecimento sobre determinado tema" (Sá-Silva, Almeida, Guindani, 2009).

Foram examinados diversos documentos relevantes, como a Constituição Federal de 1988, que garante os direitos dos quilombolas; a Lei nº 12.251/2010 (Brasil, 2010), que regulamenta os direitos territoriais dessa população; e o Decreto nº 4.887/2003 (Brasil, 2003), que dispõe sobre a titulação das terras ocupadas por remanescentes de quilombos. Além disso, foram analisados estudos preliminares sobre a comunidade, como o relatório da Fundação Palmares, que aborda a situação dos quilombolas no Brasil, e trabalhos acadêmicos de universidades locais sobre a comunidade quilombola do Vale do Ribeira. Também foram considerados relatórios de organizações não governamentais, como o da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de São Paulo, que analisa a situação dos direitos humanos nas comunidades quilombolas; documentos do Instituto Socioambiental (ISA), que discutem as condições socioeconômicas e ambientais dos quilombolas na região; e relatórios do Movimento Quilombo, que abordam as lutas e conquistas dessa população. Esses documentos forneceram uma base sólida para entender a realidade e os direitos da comunidade quilombola e permitiram contextualizar as falas dos entrevistados e compreender o cenário legal e político em que a comunidade se insere.

A observação participante, segundo Becker (2021), é uma técnica de pesquisa qualitativa que envolve o envolvimento ativo do pesquisador no ambiente e nas atividades da comunidade que está sendo estudada. Esse método permite uma compreensão mais profunda das interações sociais e das dinâmicas culturais do grupo em questão, já que o pesquisador não apenas observa, mas também participa do cotidiano da comunidade.

No caso do presente estudo, a observação participante foi realizada durante dois dias na comunidade quilombola de Ivaoporunduva, localizada no Vale do Ribeira, São Paulo.

Durante esse período, observação participante possibilitou ao pesquisador maior imersão no cotidiano da comunidade, interagindo diretamente com os moradores, compreendendo suas práticas culturais, suas práticas de sustentabilidade, como a agricultura orgânica e o turismo de base comunitária, seus desafios e a forma como vivenciam seus direitos e a luta pela manutenção de seu território. Essa imersão possibilitou uma análise mais rica e contextualizada da realidade da comunidade, contribuindo para a coleta de dados

qualitativos que refletem suas vivências e perspectivas, ou seja, captar nuances que muitas vezes não aparecem em documentos escritos.

Para a análise dos dados, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo, que permite a interpretação de informações de forma sistemática e objetiva. Segundo Bardin (2016, p. 9), "a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise de comunicação que visa obter, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos, a descrição do conteúdo de mensagens". Essa abordagem possibilita identificar padrões e significados nas falas dos entrevistados, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada do fenômeno estudado.

Organizamos a análise em três etapas: (i) leitura flutuante dos depoimentos e documentos, buscando identificar temas recorrentes; (ii) categorização dos dados, com base em eixos temáticos como “resistência cultural”, “práticas sustentáveis” e “desafios territoriais”; e (iii) análise interpretativa, confrontando as falas dos entrevistados com o referencial teórico sobre quilombos, resistência e sustentabilidade.

Os dados coletados contribuíram para conhecer a formação histórica do Quilombo de Ivaporunduva, compreender a organização social e econômica atual da comunidade, com foco nas práticas de agricultura orgânica e turismo de base comunitária, e identificar os principais desafios enfrentados pela comunidade em relação à preservação de seu território e cultura.

Esta metodologia permitiu uma abordagem integrada da pesquisa, garantindo que as vozes da comunidade fossem expressas e que as análises fossem contextualizadas dentro da realidade local de Ivaporunduva.

OS QUILOMBOLAS: ORIGEM E IDENTIDADE

O Decreto Federal nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 (Brasil, 2003), que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, no artigo 2º, afirma que,

[...]consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. (Brasil, 2003).

São, de modo geral, comunidades oriundas daquelas que resistiram à brutalidade do regime escravocrata e se rebelaram frente a quem acreditava serem eles sua propriedade. As comunidades quilombolas remanescentes adaptaram-se a viver em regiões muitas vezes adversas, preservando suas tradições culturais. Ao longo do tempo, desenvolveram a habilidade de obter sustento dos recursos naturais disponíveis, assumindo também a responsabilidade direta por sua preservação. Além disso, essas comunidades interagem tanto com outros povos e comunidades tradicionais quanto com a sociedade ao seu redor, fortalecendo laços culturais e sociais. Seus membros são agricultores, seringueiros, pescadores, extrativistas e, dentre outras, desenvolvem atividades de turismo de base comunitária em seus territórios, pelos quais continuam a lutar. (Brasil, 2018)

Embora a maioria se localize na zona rural, também existem quilombos em áreas urbanas e peri-urbanas. Os conceitos de rural, urbano e peri-urbanas referem-se a diferentes tipos de ambientes, cada um com suas características específicas e modos de vida. O ambiente rural é definido por áreas de baixa densidade populacional, geralmente associada à agricultura e atividades extrativas. As comunidades rurais mantêm uma forte relação com a natureza, e suas economias são frequentemente baseadas na produção de alimentos. Contudo, essas áreas enfrentam desafios, como acesso limitado a serviços públicos e infraestrutura (IBGE, 2018).

Por outro lado, o ambiente urbano é caracterizado por alta densidade populacional e infraestrutura desenvolvida. As cidades são centros de comércio, serviços, indústria e cultura, e a vida urbana é marcada pela diversidade social. No entanto, essa urbanização traz desafios como poluição, trânsito e desigualdade social, resultando em um contexto que pode dificultar a coesão comunitária (Spósito, 2007).

As áreas peri-urbanas estão situadas nas periferias das cidades e representam uma transição entre os ambientes rural e urbano. Essas regiões apresentam características mistas, combinando atividades agrícolas, residenciais e comerciais. Com a crescente urbanização, as áreas peri-urbanas muitas vezes enfrentam pressões sobre o uso da terra, levando a conflitos entre desenvolvimento urbano e práticas tradicionais de uso da terra (Spósito, 2007). Em algumas regiões do país, as comunidades quilombolas, mesmo aquelas já certificadas, são conhecidas e se autodefinem de outras maneiras: como terras de preto, terras de santo, comunidade negra rural ou, ainda, pelo nome da própria comunidade, como: Gorutubanos, Kalunga, Negros do Riacho, etc.

De todo modo, a comunidade remanescente de quilombo é um conceito político-jurídico que tenta dar conta de uma realidade extremamente complexa e diversa, que implica na valorização de nossa memória e no reconhecimento da dívida histórica e presente que o Estado brasileiro tem com a população negra. (Brasil, 2023)

Segundo o Censo Demográfico de 2022, há 1.330.186 quilombolas no Brasil, espalhados por diversos estados, incluindo Amazonas, Bahia, Maranhão, Minas Gerais e São Paulo. A Bahia e o Maranhão concentram mais da metade dessa população, com 397.502 e 269.168 quilombolas, respectivamente. (Brasil, 2023).

Os quilombos, formados por pessoas escravizadas que resistiram à escravidão, surgiram de diversas formas, como fugas para terras livres, heranças e doações. A resistência e a busca por autonomia caracterizam a formação dessas comunidades. Os quilombos continuam a existir após a abolição da escravidão em 1888 e são uma realidade em vários países da América Latina, onde seus direitos territoriais são reconhecidos pela legislação.

A identidade étnica das comunidades quilombolas é fundamental para sua organização social e política. Apenas em 1988, a Constituição brasileira reconheceu oficialmente os direitos dessas comunidades, assegurando-lhes a propriedade coletiva de suas terras. Contudo, a efetivação desse direito ainda enfrenta muitos desafios, com a primeira titulação de terras ocorrendo somente em 1995, quando o Quilombo Boa Vista se tornou proprietário de seu território.

Silva e Reis (2016) propõem uma análise da ressignificação da figura de Zumbi e do conceito de quilombo em poemas afro-brasileiros contemporâneos, enfatizando seu valor simbólico e mobilizador. Beatriz Nascimento (1985a) afirma que a origem do conceito de quilombo, que remonta às sociedades africanas bantos, e é discutida, revelando sua evolução de um espaço de acolhimento para negros escravizados fugitivos a um símbolo de resistência.

Os Imbangala que dominaram Angola eram considerados um povo terrível, que vivia inteiramente do saque, não criava gado, nem possuía plantação. Ao contrário das outras linhagens, não criavam os filhos, pois estes poderiam atrapalhá-los nos diversos deslocamentos que se faziam necessários. Matavam-nos ao nascer e adotavam os adolescentes das tribos que derrotaram. Eram antropófagos e em sua cultura adereços, tatuagem e o vinho de palma tinham especial significado. Esta característica nômade dos Imbangalas, acrescida da especificidade de sua formação social, pode ser reconhecida na instituição Quilombo. [...]

Ainda outro significado para quilombo dizia respeito ao local, casa sagrada, onde processava-se o ritual de iniciação. O acampamento de escravos fugitivos, assim como quando alguns Imbangalas estavam em comércio

negreiro com os portugueses, também era Kilombo. (Nascimento, 1985a, p. 42-43)

Os quilombos, frequentemente vistos como "perigos" para o Império, serviram como locais de sobrevivência e resistência, onde os negros buscavam não apenas escapar do cativeiro, mas também recuperar sua identidade e cultura. Abdias Nascimento argumenta que o quilombo não é meramente um refúgio, mas uma "reunião fraterna e livre", um espaço de solidariedade e comunhão (Nascimento, 1985).

A busca por identidade e resistência dos descendentes africanos é fundamental para entender o impacto do quilombismo. O conceito transcende a mera sobrevivência física, representando uma luta por dignidade e reconhecimento, conforme enfatizado por Nascimento (1985). Essa ideia de quilombismo como "ideia-força" mobilizadora inspira não apenas a literatura, mas também a luta social e política dos afro-brasileiros, evidenciando a continuidade da resistência diante da opressão (Nascimento, 1985).

A transformação do quilombo de uma instituição a um símbolo de resistência é também uma crítica às narrativas históricas que marginalizam a experiência negra no Brasil. Essa revisão histórica impulsionou o movimento negro e resultou em conquistas significativas, como a proposta de reconhecer o dia 20 de novembro como um marco de resistência (Nascimento, 1985).

Ao discutir os quilombos como resistência é relevante refletir que essa resistência vem de longe, como afirma Silva (2018, p. 29 apud Cunha, Nogueira e Fialho, 2022, p. 950)

Nunca foi abordada a resistência de nosso povo, quando, por exemplo, os negros pulavam dentro do mar com intuito de morrer afogado, das mães que matavam seus filhos ao nascer, pois para estes escravizados, antes a morte do que viver, uma vida sem liberdade.

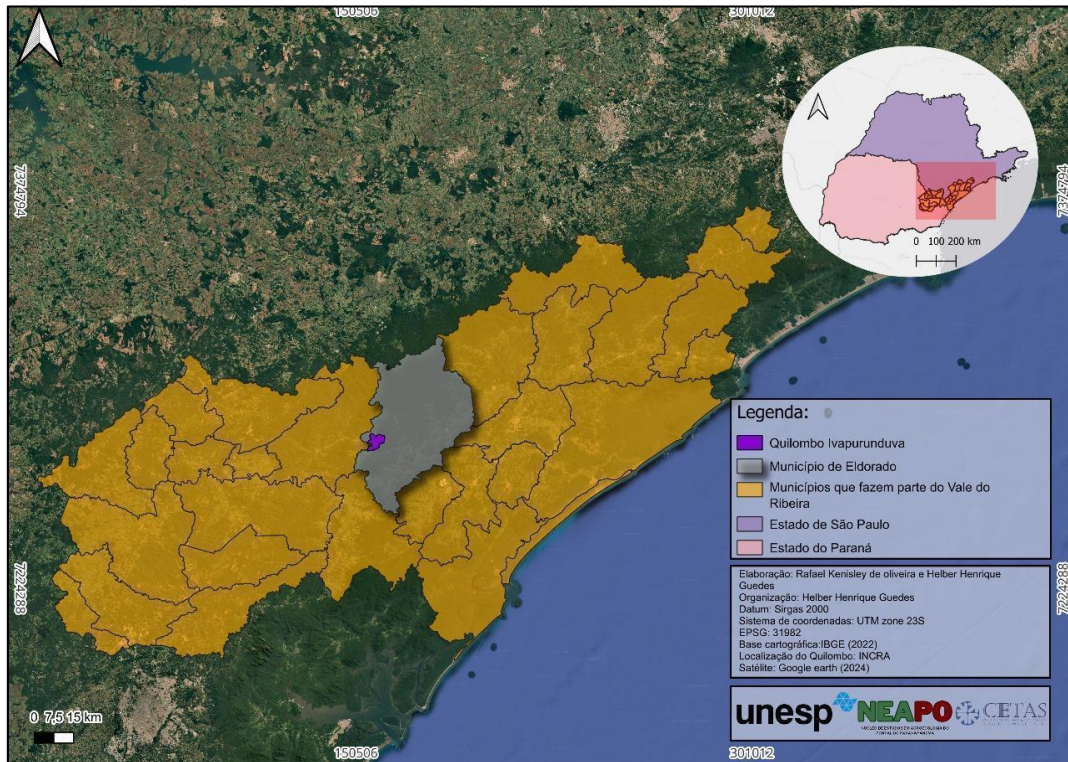
Em conclusão, o estudo de Silva e Reis (2016) destaca a relevância do quilombismo na literatura e na luta pela valorização da identidade afro-brasileira. O quilombismo representa um modelo de organização e resistência que ainda se faz presente, servindo como uma plataforma para a busca de direitos e cidadania no Brasil contemporâneo (Nascimento, 1985). Assim, a reflexão sobre a mística quilombola se torna um poderoso instrumento de autoafirmação e resistência contra a desigualdade social, permitindo que a história dos afro-brasileiros seja recontada sob uma nova luz.

HISTÓRICO DO QUILOMBO DE IVAPORUNDUVA

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Volume Especial "Ocupação Preta: a história de um é a narrativa de todos", pg. 146-168, mar/2025. ISSN: 2176-5774

Essa seção visa narrar à formação histórica da comunidade quilombola de Ivaporunduva localizada no município de Eldorado, no estado de São Paulo, às margens do Rio Ribeira de Iguape, conforme Figura 03.

Figura 03– Localização do Quilombo Ivaporunduva



Quanto à localização do Quilombo, Elson afirma:

[...] em questão de localização geográfica, nós estamos aqui no Vale do Ribeira, município de Eldorado, região do Estado de São Paulo, um município que concentra aí o maior número de comunidades quilombolas do Estado de São Paulo, sendo treze comunidades quilombolas, e Ivaporunduva é a mais antiga delas [...] Ivaporunduva vem aí do Guarani, então significa ‘rios de águas boas’, ‘de muitos frutos’. No processo de colonização foi dado esse nome aqui para este território quilombo. Assim como Eldorado que tinha o nome de Xiririca, também do Guarani [...] aí depois, mais recente, há cinco, seis décadas atrás mudaram para Eldorado, por conta de ser um município onde ocorreu a corrida do ouro, né? Eldorado é também o quarto município em extensão territorial. (Elson, 2024).

O acesso à comunidade se dá pela rodovia SP-165, que liga Eldorado a Iporanga, conforme demonstrado na Figura 04. Essa localização estratégica, próxima ao rio, teve um papel fundamental no desenvolvimento da comunidade, tanto no aspecto econômico quanto no cultural. A presença do Rio Ribeira de Iguape permitiu à comunidade de Ivaporunduva

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Volume Especial “Ocupação Preta: a história de um é a narrativa de todos”, pg. 146-168, mar/2025. ISSN: 2176-5774

tirar proveito dos recursos naturais da região, ao mesmo tempo em que promoveu a preservação ambiental e o fortalecimento de suas práticas tradicionais de subsistência (Quilombos do Ribeira, 2011).

Figura 04 – Acesso à comunidade



Fonte: Arquivo pessoal do autor

A história da Ivaporunduva remonta ao século XVI, quando a região foi explorada por Martin Afonso de Souza em uma expedição que margeou o litoral brasileiro. É importante ressaltar que ao chegarem aqui, os colonizadores encontraram povos originários já estabelecidos, que utilizavam o território há gerações. O processo de colonização não foi, portanto, uma "descoberta", mas sim uma série de invasões e expropriações. (Quilombos do Ribeira, 2011).

Em 1531, Martin Afonso reportou à Coroa Portuguesa sobre as riquezas potenciais da região. Essa informação atraiu mais expedições e contribuiu para o surgimento dos primeiros povoados e fazendas, que formaram a base da economia local, predominantemente ligada à exploração de recursos naturais, como o ouro. A partir desse contexto, surgem também as primeiras famílias quilombolas. (Quilombos do Ribeira, 2011).

Lá no século XVI, veio prá cá nessa região Martin Afonso de Souza em uma expedição, e aí ele passa pelo Rio de Janeiro, Guanabara, faz uma pausa lá após dias de navegação com seu grupo, é[...] já era explorada aquela região [...] e depois continuou margeando o litoral, até chegar aqui na nossa região, do Ribeira, e eles percebem que já havia pessoas aqui na região. Os povos originários já estavam por aqui[...] e faziam essa caminhada até o Paraná. Pelo litoral já faziam o uso deste território, então já havia pessoas ali, não foi uma descoberta. Porque [...] chegando aqui, lá em 1531, eles veem a área e têm a percepção da extensão do território e da possibilidade de riqueza[...] Eles comunicam a Coroa portuguesa da possibilidade de exploração aqui na região e seguem viagem. Então daqui ele vai lá pra baixada santista, município de São Vicente. Então, São Vicente é de 1532, e aí eles colocam lá o slogan da cidade: ‘São Vicente é a primeira cidade do Brasil’, mas já tinha passado aqui por Cananéia e pelo Vale do Ribeira. [...] então a partir deste informe de Portugal, as pessoas começam a vir com mais expedições pra cá, aí começa a formar os municípios do Vale do Ribeira, principalmente Cananéia e Iguape, Registro, Sete Barras[...] e aí o pessoal vem chegando. Votuporanga, Eldorado[...] como que eles vem chegando? Pelo Rio Ribeira de Iguape, [...]que é um rio interestadual; deságua lá no Paraná. E deságua aqui em Iguape, aqui no litoral. E esse rio era um rio possível de navegação. Chegou em Eldorado, foram criando os povoados, as fazendas[...] e então ali a gente tem a fazenda Poçã Lajeado, tem a fazenda Caiacanga, a gente tem[...] em Registro o quilombo Peropava[...] é[...] em Iguape a gente têm a comunidade quilombola [...] e aí foi, né, local de exploração. Foi ampliando os territórios e depois foram vindo para esta região. Aí a portuguesa Maria Joana chega um pouco depois, no século XVII. A margem abaixo já tava mais povoada[...] e ela sobe o Rio Ribeira, e com os seus, pararam às margens e percebem a possibilidade de riqueza. Então adentraram no Rio Bocó, viram que tinha vários córregos que desaguavam nele e com possibilidade de minério E também pequenas pepitas de ouro. Em alguns registros a gente têm parte dessa história (Elson, 2024).

O Quilombo de Ivaporunduva possui uma rica e complexa história na qual a figura de Joanna Maria, uma portuguesa que chegou à região no século XVII é central, visto que ela trouxe consigo um grupo de africanos escravizados para explorar os recursos da região, principalmente o ouro. Segundo Elson, registros indicam que mais de 400 arrobas de ouro foram extraídas da região, lideradas pela portuguesa Joanna Maria que utilizou mão de obra africana escravizada.

Elson explica a transição de Ivaporunduva após o abandono da fazendeira Joanna Maria, quando os africanos escravizados que ali estavam começaram a se organizar e formar as primeiras famílias quilombolas. Ele critica as leis abolicionistas brasileiras, chamando-as de “falsas leis abolicionistas,” argumentando que as leis como a Lei do Ventre Livre e a Lei

dos Sexagenários não ofereciam reais condições de liberdade e dignidade aos negros escravizados.

Segundo registros, dona Joanna Maria, faleceu enquanto se tratava no exterior, devido a problemas de saúde. Sem herdeiros, suas terras foram deixadas para os negros que ali estavam escravizados, o que estimulou a vinda de escravos fugitivos que resistiram à captura dos capitães do mato, formando o quilombo por volta de 1690. O livro de tombo da paróquia de Xiririca, datado de 1813, destaca Ivaporunduva como a mais antiga comunidade do vale do Ribeira, surgindo como povoado no século XVII, impulsionada pela mineração de ouro, que atraía mineradores e seus escravos, como Domingos e Antônio Rodrigues Cunha (Quilombos do Ribeira, 2011).

Os primeiros núcleos familiares de Ivaporunduva foram formados por Francisco Marinho e Salvador Pupo. Esses pioneiros organizavam mutirões para a roça, construção de casas e manutenção dos caminhos da comunidade. (Quilombos do Ribeira, 2011).

Com a crise da exploração do ouro, os mineradores abandonaram a região em busca de oportunidades em Minas Gerais. A comunidade passou a cultivar a terra, dedicando-se ao cultivo de arroz, feijão, milho, mandioca, entre outros. As casas eram construídas utilizando técnicas tradicionais, como o pau-a-pique, com barro, madeira e cipós disponíveis na própria localidade. Para caçar, a comunidade utilizava laços e armadilhas. O vestuário era simples e prático, e as trocas comerciais eram realizadas com fazendeiros de café, onde parte da produção era trocada por produtos essenciais para o dia a dia. (Quilombos do Ribeira, 2011).

Nos anos seguintes, após a abolição formal da escravidão em 1888, muitos negros libertos encontraram dificuldades para se estabelecer em novas terras, enfrentando a exclusão territorial. Na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), o artigo 68, garantiu o reconhecimento dos quilombos, mas a luta pela valorização da cultura e história quilombola continua.

A Fundação Cultural Palmares, criada em 1989, foi um marco na luta pelo reconhecimento das comunidades quilombolas e na promoção de políticas públicas que visam à valorização cultural e social desse povo. Em 1994, Ivaporunduva foi oficialmente reconhecida como comunidade quilombola, um passo significativo por justiça e dignidade.

No entanto, Elson (2024) menciona que apenas em 2002 o Incra reconheceu parte do território, e que o “título foi registrado em 2010, em julho. Nós somos a primeira comunidade do Vale do Ribeira a ter o registro definitivo das terras. O restante é área de proteção ambiental”. Elson (2024) afirma que

Nós estamos lutando pelo título de todos os territórios quilombolas, não só aqui. E há também uma coisa do Governo Estadual de tentar emitir títulos provisórios de usufruto e nós não estamos aceitando isso. Nós queremos o título de posse definitiva dos territórios para que as famílias possam dar continuidade sem o medo de ser destituído daquele local.

Observamos que a luta das comunidades quilombolas pela legalização de seus territórios ainda continua.

A RESISTÊNCIA CULTURAL E A LUTA POR DIREITOS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA IVAPORUNDUVA

No Vale do Ribeira, a comunidade quilombola de Ivaporunduva se destaca pela resistência cultural e pela luta por direitos desde a época da colonização.

Os habitantes de Ivaporunduva têm se organizado em associações e conselhos que promovem a luta pelos direitos quilombolas. Segundo Oliveira e Borges (2023) essas instituições desempenham um papel central na defesa da terra e na promoção da cultura, atuando como intermediárias entre a comunidade e o poder público.

A criação da Associação Quilombo de Ivaporunduva, em 1994, exemplifica esse esforço organizacional, que visa não apenas a reivindicação de direitos, mas também a valorização da identidade cultural quilombola. A organização social e política da comunidade de Ivaporunduva são fundamentadas em princípios de cooperação e solidariedade.

As associações quilombolas se tornaram espaços de discussão e ação, onde a comunidade se reúne para debater questões importantes, como a preservação de suas tradições e a luta por políticas públicas que atendam suas necessidades (Almeida, 2021).

A educação desempenha um papel fundamental na resistência quilombola. Em Ivaporunduva, a transmissão de saberes tradicionais e acadêmicos são importantes para a continuidade da luta pela preservação do território e da cultura quilombola. A comunidade tem buscado integrar saberes locais com conhecimentos acadêmicos, fortalecendo sua identidade e empoderamento. Essa educação comunitária não apenas preserva as tradições, mas também capacita os jovens a se tornarem agentes de mudança, capazes de articular suas demandas e se posicionar diante das adversidades.

Elson apresenta sua atuação tanto localmente quanto em esferas estaduais e nacionais, mediante seu envolvimento com a Coordenação Nacional de Quilombos (CONAQ) e a Comissão Nacional de Educação Escolar Quilombola, além de seu papel

como membro do Conselho Nacional de Educação, onde discute currículos das ciências humanas.

Nós éramos excluídos desses programas. O CONAF abriu as portas do Banco do Brasil aqui na região em 2002; a fundação do Instituto Terras de São Paulo nós não tínhamos acesso. Passamos a ter acesso após os nossos terem acesso à universidade e voltarem. Nós fortalecemos com o conhecimento da Academia, com o conhecimento prático nosso do dia a dia, e passamos a dizer “não”. (Elson, 2024)

Elson menciona como a comunidade preservou suas tradições e cultura ao longo dos anos, enfrentando desafios impostos pela modernização e pela exploração econômica.

A construção da igreja de Nossa Senhora do Rosário, no coração da comunidade, é um símbolo de resistência. Erguida por mãos africanas escravizadas, a igreja representa tanto a opressão sofrida quanto a resiliência dos nossos ancestrais. Ao longo dos anos, essa construção se tornou um espaço de acolhimento e resistência cultural, onde práticas religiosas variadas coexistem, refletindo um sincretismo único. (Quilombos do Ribeira, 2011).

Além disso, celebravam festas tradicionais como a do Divino, Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e São Sebastião. A luta pela terra e a resistência contra as barragens planejadas para o Rio Ribeira contribuíram para fortalecer a organização da comunidade, levando à fundação da Associação Quilombo de Ivaporunduva em 1994. (Quilombos do Ribeira, 2011).

Esses eventos históricos em Ivaporunduva não apenas refletem a resistência e a adaptação da comunidade quilombola, mas também evidenciam a importância da preservação da cultura e da identidade dos povos que, por gerações, lutaram por seus direitos e por sua terra. Apesar dos desafios contemporâneos, a organização comunitária e a educação se mostram fundamentais para garantir a continuidade dessa luta. A história de Ivaporunduva nos ensina que a resistência é um caminho de construção coletiva e afirmação de identidade. (Quilombos do Ribeira, 2011).

Laudessandro (2024) por sua vez, explica como a comunidade se organiza atualmente para entregar alimentos produzidos no quilombo, como banana orgânica que é uma das principais fontes de comercialização da comunidade.

Hoje nós entregamos para as escolas estaduais pelo projeto PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), que é um projeto estadual.

Então entregamos para a região centro, centro-sul e Mogi das Cruzes. E esse processo de prestação de contas, emissão de nota fiscal e controle das entregas é a minha função, e também participar dos eventos e reuniões dentro do território quilombola. (Laudessandro, 2024).

Laudessandro é responsável pelo controle e gerenciamento da produção agrícola orgânica, além da prestação de contas e da emissão de notas fiscais dos alimentos que saem da comunidade para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O PNAE permite que a comunidade quilombola forneça alimentos para as escolas da região centro-sul de São Paulo, incluindo Mogi das Cruzes. Laudessandro (2024) destaca que a agricultura orgânica é uma das principais fontes de renda da comunidade, junto com a venda de banana, com o turismo e o artesanato.

A comunidade Quilombola de Ivaporunduva destaca-se pela sua organização coletiva, que se manifesta no compartilhamento de renda entre aproximadamente 110 famílias. Essa estrutura social não apenas fortalece a identidade quilombola, mas também permite à comunidade enfrentar desafios socioeconômicos e ambientais com resiliência.

A agricultura orgânica é um dos pilares dessa organização, sendo fundamental para garantir a segurança alimentar e promover a preservação dos saberes tradicionais. Ao cultivar produtos sem agrotóxicos, a comunidade não só assegura a saúde dos moradores, mas também protege o meio ambiente. Essa prática agrícola permite a comercialização direta, gerando renda e fortalecendo a autonomia econômica, além de contribuir para a valorização da biodiversidade local.

Os agricultores locais mencionam a agricultura orgânica não apenas como uma alternativa econômica, mas também como uma prática que reforça sua identidade cultural e promove a preservação do meio ambiente. A escolha por métodos de cultivo sustentáveis está diretamente ligada à valorização de conhecimentos ancestrais e ao desejo de manter a autonomia sobre suas terras. Esta prática não só gera renda, mas também fortalece a coesão social da comunidade, ao envolver diversos membros em atividades coletivas, como feiras e oficinas de capacitação.

Outro aspecto vital é o turismo de base comunitária, que se desenvolveu como estratégia para valorizar a cultura local e gerar uma fonte de renda adicional. Os visitantes são convidados a vivenciar o cotidiano da comunidade, participando de atividades agrícolas, aprendendo sobre as tradições quilombolas e explorando as belezas naturais do Vale do Ribeira. Essa interação não só traz benefícios econômicos, mas também ajuda a conscientizar o público sobre a importância da preservação do território e das práticas culturais. Nas figuras *Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Volume Especial "Ocupação Preta: a história de um é a narrativa de todos"*, pg. 146-168, mar/2025. ISSN: 2176-5774

05 e 06 o Laudessandro demonstra parte das atividades que se constituem nas oficinas de caça e pesca que são ministradas aos visitantes.

Figura 05 - Atividade demonstrada por Laudessandro de caça– sabedoria tradicional



Fotos: Giovanna Angeli, 2024.

Figura 06 - Atividade demonstrada por Laudessandro de pesca – sabedoria tradicional



Fotos: Giovanna Angeli, 2024.

Elson e Laudessandro relataram que o turismo de base comunitária além de proporcionar uma nova fonte de renda, também promove o reconhecimento da identidade quilombola. Através de experiências culturais, como oficinas, danças, culinária e artesanato, a comunidade consegue compartilhar sua história e fortalecer os laços com visitantes, o que, por sua vez, fomenta uma maior consciência sobre os direitos dos povos quilombolas e suas lutas.

A luta pela terra e o reconhecimento dos direitos da comunidade são, eixos centrais da resistência quilombola. Essa dinâmica entre organização social, agricultura sustentável e turismo responsável não apenas reforça a coesão comunitária, mas também promove um desenvolvimento sustentável, valorizando o patrimônio cultural e ambiental da região. Essa abordagem integral é um exemplo de como comunidades tradicionais podem se adaptar e prosperar em um mundo em constante mudança, sem abrir mão de suas raízes e valores.

DESAFIOS

Atualmente, a comunidade quilombola de Ivaporunduva enfrenta desafios significativos que ameaçam sua sobrevivência e modos de vida tradicionais. Entre os principais obstáculos estão às questões ambientais e a crescente pressão de práticas capitalistas nas áreas de agricultura e turismo. A expansão do agronegócio e a exploração indiscriminada dos recursos naturais na região têm comprometido tanto a terra quanto as práticas culturais ancestrais, gerando tensões e conflitos que exigem uma mobilização constante para a defesa do território (Silva; Reis, 2016).

As mudanças climáticas representam um desafio adicional, impactando diretamente a agricultura e a segurança alimentar da comunidade. A ocorrência de secas e inundações afeta severamente a produção rural, agravando as dificuldades já enfrentadas na luta por direitos e na preservação cultural. Nesse cenário, Laudessandro destaca a resistência ao sistema capitalista, enfatizando as dificuldades de manter a agricultura orgânica diante das pressões do mercado convencional. Ele declara:

O maior desafio é trabalhar contra o sistema capital. Nosso trabalho é de proteção do ambiente e da natureza, dos quais fazemos parte. Contudo, o sistema sempre busca o lucro. Para valorizar a cultura quilombola, precisamos contrabalançar esse sistema. A produção do agronegócio não se destina à alimentação das pessoas, mas a atender a outras demandas. Por isso, defendemos a agricultura de subsistência. (Laudessandro, 2024).

Além disso, Laudessandro critica as políticas do governo Bolsonaro, que impactaram negativamente as iniciativas voltadas para as comunidades quilombolas. Ele menciona a ausência de certificações e o não reconhecimento dos territórios durante os quatro anos de sua gestão, além da repressão política que se intensificou nesse período. As políticas negacionistas agravaram a vulnerabilidade da população, dificultando o acesso a recursos e a implementação de políticas públicas eficazes (Almeida, 2021). Essa situação é particularmente preocupante, pois muitos quilombolas ainda enfrentam barreiras no reconhecimento de suas terras, comprometendo sua autonomia e sobrevivência.

Os desafios que a comunidade enfrenta são evidentes. Elson e Laudessandro destacaram a constante ameaça de exploração econômica e a pressão de empresas que buscam expandir suas atividades na região, frequentemente ignorando os direitos territoriais da comunidade. Essa realidade ressalta a luta incessante por reconhecimento e proteção dos direitos quilombolas, que, embora amparados pela legislação brasileira, ainda enfrentam barreiras significativas para sua efetivação.

Por outro lado, a análise dos dados revela uma forte consciência política entre os membros da comunidade. A mobilização em torno dos direitos territoriais e culturais tem sido uma constante na trajetória de Ivaporunduva. Os líderes comunitários ressaltaram a importância da articulação com organizações externas e movimentos sociais, buscando fortalecer suas reivindicações e obter apoio na defesa de seus direitos. Esse aspecto da pesquisa corrobora a literatura sobre movimentos sociais, que enfatiza a relevância da organização coletiva e da solidariedade como elementos essenciais na luta por justiça social. Essa resistência não apenas busca garantir os direitos da comunidade, mas também preservar suas identidades culturais em um contexto de crescente exploração e despojo.

Os resultados da pesquisa evidenciam que a comunidade Quilombola de Ivaporunduva, apesar dos desafios enfrentados, mantém uma trajetória de resistência que se expressa através de práticas sustentáveis, mobilização política e uma forte identidade cultural. Ressaltamos também a importância da valorização dos saberes tradicionais e da autonomia dos povos quilombolas na construção de um futuro sustentável e justo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa examina a formação histórica da comunidade, sua luta contínua por direitos territoriais e culturais, e as adversidades enfrentadas frente às pressões do sistema capitalista. A agricultura orgânica e o turismo de base comunitária não são apenas fontes de

renda, além de serem formas de resistência e práticas que fortalecem a coletividade e promovem a autonomia da população. Essas iniciativas permitem que os integrantes da comunidade garantam sua subsistência, resgatem saberes ancestrais e promovam a valorização da cultura local, contribuindo significativamente para a resistência cultural em face das adversidades contemporâneas.

Os objetivos propostos foram plenamente alcançados, revelando como a comunidade tem se articulado para enfrentar os desafios impostos pelo sistema capitalista, ao mesmo tempo em que preserva sua identidade cultural e territorial.

A luta pela terra e pelos direitos culturais se configura como um elemento central na trajetória de Ivaporunduva, e a consciência política manifestada pelos líderes e membros da comunidade constitui-se relevante na busca por reconhecimento e proteção dos direitos quilombolas.

Entretanto, os desafios enfrentados pela comunidade são significativos, especialmente diante das pressões externas e da exploração econômica que ameaçam sua integridade territorial. É imperativo que as políticas públicas sejam mais efetivas na proteção dos direitos dos povos quilombolas, assegurando a implementação de legislações que respeitem e reconheçam suas reivindicações históricas.

O quilombo de Ivaporunduva representa uma luta por dignidade e direitos, refletindo a necessidade de um olhar atento e respeitoso para as práticas e saberes de comunidades historicamente marginalizadas. O fortalecimento das vozes quilombolas e a valorização de suas contribuições são passos essenciais para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e sustentável.

Constatamos a importância da agricultura orgânica e do turismo de base comunitária como fontes de renda, além de destacar a atuação política da comunidade. A luta pela terra, somada à resistência cultural e territorial, permanece central na trajetória da Comunidade Quilombola pesquisada.

A continuidade da pesquisa e do apoio às iniciativas locais é fundamental para garantir que a história e as lutas dessas comunidades sejam reconhecidas e respeitadas, contribuindo assim para um futuro em que a diversidade cultural e a justiça social sejam pilares inegociáveis.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mariléa. Território de afetos: práticas femininas antirracistas nos quilombos contemporâneos do Rio de Janeiro. **História Oral**, v. 24(2), p. 293–309. 2021. Disponível em: <https://orcid.org/0000-0001-6015-3226>. Acesso em: 09 out. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BECKER, Howard S. **Outsiders: estudos sobre a sociologia do desvio**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2021.

BRASIL. **Informações Quilombolas**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/departamentos/protecao-preservacao-e-articulacao/informacoes-quilombolas>. Acesso em: 09 out. 2024.

BRASIL. **Comunidades Quilombolas**. 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/igualdade-etnico-racial/acoes-e-programas-de-gestoes-anteriores/artigos-igualdade-racial/comunidades-quilombolas>. Acesso em: 09 abr. 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.251, de 15 de junho de 2010**. Altera dispositivos da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES, entre outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 16 jun. 2010.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 21 nov. 2003.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CUNHA, Fernanda Ielpo da; NOGUEIRA, Aurinete Alves; FIALHO, Lia Machado Fiuza. Do racismo à exclusão educacional do quilombo Sítio Veiga. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**. Mossoró, v.8, nº 28, dez., 2022. p.940-955.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

IBGE. Cidades e campos. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 04 out. 2024.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; RIBEIRO, Sílvia Lane Santana. **Guia prático de história oral**: para empresas, universidades, comunidades, famílias. São Paulo: Contexto, 2011.

NASCIMENTO, Abdias do. O quilombismo: uma alternativa política afro-brasileira. **Afrodiaspora**: Revista de Estudos do Mundo Negro. Ano 3, n. 6 e 7. 1985. p. 19-40. Disponível: <https://ipeafro.org.br/acervo-digital/leituras/publicacoes-do-ipeafro/afrodiaspora-vol-6-e-7/> Acesso: 10 ago 2024.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. **Afrodíaspóra**: Revista de Estudos do mundo negro. Ano 3, n. 6 e 7. 1985a.p. 41-49. Disponível:<https://ipeafro.org.br/acervo-digital/leituras/publicacoes-do-ipeafro/afrodiaspora-vol-6-e-7/> Acesso: 05 ago 2024.

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de; BORGES, Roberto Carlos da Silva. Ruth Pinheiro: trajetória de vida e movimento negro contemporâneo no Rio de Janeiro (1948-1988). **Revista do Programa de Pós-Graduação em História**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. v. 30-2023, p. 1-17. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90>. Acesso em: 09 out. 2024.

QUILOMBOS DO RIBEIRA: comunidades quilombolas do Vale do Ribeira. 2011. Ivaporunduva. Disponível em: <https://www.quilombosdoribeira.org.br/ivaporunduva/historico#:~:text=Surge%20como%20povoado%20no%20s%C3%A9culo,um%20grupo%20de%2010%20escravos.> Acesso em: 09 out. 2024.

SÁ-SILVA, Jackson. Ronie.; ALMEIDA, Cristóvão Domingos.; GUINDANI, Joel. Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, p. 1-14, jul. 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351> Acesso em: 09 out. 2024.

SILVA, Denise A.; REIS, Tani G. Um outro Zumbi de Palmares: o quilombismo como valor simbólico em poemas afro-brasileiros contemporâneos. **Fólio** - Revista de Letras Vitória da Conquista v. 8, n. 1 p. 119-136 jan./jun. 2016.

SPOSITO, Maria. Encarnação. Cidades Médias: Reestruturação das Cidades e Reestruturação Urbana. In: **Cidades Médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 233-253.